

LeDdE no Debate Público

Habitação de interesse social em foco: expectativas com o relançamento do Programa Minha Casa Minha Vida

Mariana Nogueira Rodrigues¹

O mais importante programa de habitação em vigor no Brasil hoje, o Minha Casa Minha Vida, foi relançado pelo governo federal no início deste ano. O relançamento promete dar prioridade de subsídio para as faixas de renda mais vulneráveis e ampliar o grupo de beneficiários, além de conceder prioridade de atendimento a famílias que tenham a mulher como principal responsável.

A questão da habitação está sempre em voga por ser um problema crônico do país. Os números mais recentes da Fundação João Pinheiro apontam que o déficit habitacional atinge, hoje, quase 6 milhões de brasileiros. Entre 2016 e 2019, houve um aumento das habitações precárias e do ônus excessivo com o aluguel (quando o valor pago pela moradia compromete outros gastos essenciais). Uma característica desse problema é que as mulheres são as principais afetadas tanto pelo déficit habitacional, respondendo por 62% do total, bem como são também as mais afetadas pela habitação precária, respondendo por 59% do total².

Com a chegada de um novo governo em 2023, o programa Minha Casa Minha Vida foi recolocado em pauta. Para traçar um breve panorama de como a questão da habitação vinha sendo tratada, lembramos que em 1 de janeiro de 2019, o Ministério das Cidades e o Ministério da Integração Nacional foram fundidos e transformados no Ministério do Desenvolvimento Regional pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. Em 1 de janeiro de 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recriou o Ministério das Cidades, evidenciando, a partir dos pareceres técnicos da equipe de transição, que as questões urbanas, em especial, a questão da moradia, foram praticamente abandonadas pela última gestão. No que se refere ao programa MCMV, um levantamento do Ministério das Cidades³ aponta que há cerca de 186 mil unidades habitacionais não concluídas na Faixa 1 (que compõe a faixa das famílias com a menor renda), e desse total, 83 mil são obras paralisadas. O programa retoma, agora, com a

¹Doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ.

²Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1MgenDRYIfH10aYirjRYIKwJGHwIxulGq/view>>. Acesso em maio de 2023.

³Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/materias/programa-minha-casa-minha-vida>>. Acesso em maio de 2023.

prioridade de investimento para as populações mais pobres. As novas regras englobam focos e objetivos específicos, ficando estipulado que:

- 50% das unidades do programa serão reservadas para famílias com renda de até R\$ 2.640 – a chamada “Faixa 1”, que havia sido excluída no programa habitacional de Bolsonaro – o Casa Verde e Amarela;
- Os contratos e os registros das moradias do programa serão feitos, preferencialmente, no nome da mulher. Também estarão em foco as famílias que tenham em sua composição pessoas com deficiência, idosos, crianças e adolescentes;
- O programa também vai incluir pessoas em situação de rua na lista de possíveis beneficiários da iniciativa (uma modalidade inédita);
- As faixas de renda foram atualizadas para Faixa Urbano 1: renda bruta familiar mensal até R\$ 2.640; Faixa Urbano 2: renda bruta familiar mensal de R\$ 2.640,01 a R\$ 4,4 mil; e Faixa Urbano 3: renda bruta familiar mensal de R\$ 4.400,01 a R\$ 8 mil.

Algumas características apontadas no relançamento são completamente distintas da atuação vista em mais de 10 anos de programa. A promessa de transformação de prédios abandonados em grandes cidades em moradias; o número de construções por estado levará em consideração os dados do déficit habitacional de cada região, tradicionalmente calculados pela Fundação João Pinheiro; há indicativos de atender também os municípios com menos de 50 mil habitantes, que por serem de pequeno porte, recebem menos projetos das construtoras; uma nova frente do programa também vai estudar o aproveitamento de imóveis da união ociosos a partir de reformas e do aluguel social. Por fim, uma das principais mudanças envolve a forma como a política pública será implementada, com uma mudança significativa na maneira como a contratação das construtoras será realizada: primeiro, o poder público fará a aprovação do terreno onde os imóveis estarão localizados, para posteriormente dar o aval de construção. O objetivo é garantir que sejam seguidas as novas regras do programa, e priorizar lugares mais próximos aos centros urbanos e com infraestrutura pública adequada.

O programa Minha Casa Minha Vida está no centro do debate público como uma das políticas públicas de maior aposta do governo federal, com planos cuja execução englobam curto, médio e longo prazo. A discussão e os preparativos para relançar o programa teve a participação de movimentos da sociedade civil que lutam por moradia digna, com amplos debates partindo de diversos atores de interesse. Resta-nos observar como se dará a implementação desta que é a maior política habitacional em vigor no país hoje, diante dos

desafios já postos pelo crônico problema da ausência de moradia digna para as populações mais vulneráveis.